



# EBRAPEM027

Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática

Realização:



Apoio:



## NA LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO: HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS/EDUCACIONAIS DE UMA COMUNIDADE DO CAMPO

Gleisson Santos de Oliveira<sup>1</sup>

GD nº 5 – História da Matemática e da Educação Matemática.

**Resumo:** Este texto é um desenho dos primeiros passos de um projeto de mestrado que tem como foco trabalhar em colaboração com uma Comunidade Campesina, produzindo uma história dos movimentos sociais/educacionais junto às lutas por direitos fundamentais, como moradia, saúde e educação, tendo como foco os processos de ensino e aprendizagem da Matemática na Comunidade do Campo de um assentamento no em Ponta Porã estado de Mato Grosso do Sul – MS. Portanto, a proposta perpassa por um mapeamento dos movimentos (sociais, educacionais e sindicais), que deram origem a educação escolar a partir e com os sujeitos da Comunidade. Para isso, se fará uso da História Oral para escrever os testemunhos dos membros da Comunidade que passaram por essas vivências desde a implementação do Projeto de Assentamento – PA Nova Era, até os dias atuais. Os dados serão tratados a partir de análises das narrativas produzidas em momentos de entrevistas. Tendo como resultado esperado, contribuir com a constituição de uma história que explicita os movimentos de luta na constituição do assentamento, visando fazer circular uma história sobre a Comunidade, a partir de seus próprios testemunhos.

**Palavras-chave:** Educação Matemática, História Oral, Comunidade Campesina, Educação do Campo.

### ***POSSIBILIDADE DA PESQUISA: UM ASSENTAMENTO NO INTERIOR DE MATO GROSSO DO SUL.***

As lutas de trabalhadores(as) por terras tomam forma a partir da década de 1980, junto aos Projetos de Assentamento Rural no Brasil. Foi preciso “persistência” em um cenário de conflito, onde os acampados tinham que resistir à expulsão. Para a Comunidade que hoje está localizada no Assentamento Nova Era não foi diferente, um povo oriundo de muitos lugares tendo um único objetivo em comum: ter um pedaço de terra para viver. Enfrentaram as mais variadas circunstâncias para que fosse efetivamente possível ter um lugar para sua subsistência. Junto dessas circunstâncias, para ter o direito à Educação foi e é necessária uma luta veemente da Comunidade Campesina. No entretanto Acampamento/Assentamento, a partir do ano de 1999, foi possível um pólo escolar, que em 2008 foi extinto. Nesse sentido, entender quais

---

<sup>1</sup>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS; Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática; Membro do Grupo de pesquisa: História Oral e Educação Matemática -HEMOP; gleissonolliver@gmail.com; Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (FUNDECT/CAPES). Orientadora: Profa. Dra. Carla Regina Mariano da Silva.

movimentos foram precisos a Comunidade enfrentar para que os ensinamentos pedagógicos escolares, do/no Campo fizessem parte da realidade daquele local, podem contribuir com o reconhecimento das novas gerações deste povo e para a sociedade em geral.

O Assentamento Nova Era tem características resultantes das lutas de acampamentos, ocupações e resistências junto à Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Mato Grosso do Sul - FETAGRI/MS e é a consequência de uma luta veemente pelo direito de um lugar com possibilidade de estruturar-se, com possibilidade de terra para plantar e ter o que comer (agricultura familiar), e para além disso estruturar uma família. Pires (2002), mostra em sua pesquisa de mestrado, que no final dos anos 1990 a Federação dos Trabalhadores Agrícolas (FETAGRI), convocou 53 famílias sendo 13 do Município de Aral Moreira e 40 do Município de Sete Quedas<sup>2</sup> objetivando a formação de um acampamento que mais tarde deveria ocupar a Fazenda Nova Era. Em decorrência disso, em dezembro de 1999 essas famílias acamparam em frente a duas fazendas, São Pedro e Nova Era, porém, após uma semana, foram deslocados para as margens do rio Dourado, por decisão judicial. No início dos anos 2000, 15 famílias vindas de Ponta Porã e outras 29 famílias provenientes de outras 6 cidades (Campo Grande, Itaum, Fátima de Sul, Bodoquena, Sidrolândia e Dourados), acamparam também a beira da estrada (MS – 164), com intuito de também obterem um lote na Fazenda Nova Era. Esse agrupamento somatizou 97 famílias, formaram um único grupo próximo a ponte do rio Dourados.

Por decisão judicial e autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a demarcação dos lotes aconteceu em janeiro de 2001, seguido do sorteio dos lotes em julho desse mesmo ano. O assentamento Nova Era foi ocupado pelo grupo acampado em julho 2001, em um total de 97 famílias oriundas de diversos Municípios de Mato Grosso do Sul. Nova Era fica localizado a 30 km do Distrito da Cabeceira do Apa, distante 90 km de Ponta Porã e a 250 da Capital do Estado, Campo Grande. Encontra-se às margens do rio Dourado, possuindo luz elétrica, água encanada, estradas cascalhadas e 1.940 hectares de área no assentamento divididos em lotes de 20 hectares por família assentadas a mais de 20 anos.

Junto às lutas pelo cumprimento do direito à terra para habitar/viver, há também a luta pelo cumprimento do direito à educação escolar. Pois bem, entender como todos esses aspectos se entrelaçam faz parte da pesquisa aqui planejada. Pretende-se produzir uma história que

---

<sup>2</sup>A família do pesquisador e o pesquisador (nessa época o pesquisador tinha alguns meses de vida), fazem parte desse grupo de pessoas oriundas do Município de Sete Quedas, Mato Grosso do Sul.



possibilite compreender em quais períodos a luta pelo cumprimento do direito à educação foi necessária, e como isso se deu, seja nas vivências no período de acampamento em beira de estrada ou em outros acampamentos no/s lugares de ocupação.

Por isso, a pesquisa propõe como hipótese que existam narrativas potentes para que a academia e a sociedade como um todo, compreendam o lugar, ocupações, resistências, movimentos e mudanças dessa Comunidade do Campo, com características tão originais, nas lutas ali vivenciadas. Para a construção da pesquisa, o projeto terá como resultado uma produção coletiva do pesquisador, um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Comunidade do Campo. Nesse sentido, é relevante dizer que outras questões sugeridas pelo grupo de pesquisa e pela Comunidade em questão farão parte da costura, levantamentos, apontamentos, alterações e análises da pesquisa.

### ***PRIMEIROS MOVIMENTOS DA PESQUISA***

O primeiro movimento realizado foi o de mapear trabalhos já publicados, que pudessem contribuir para orientar os primeiros passos desta pesquisa. A partir de algumas bases de dados, buscou-se teses, dissertações e artigos, na plataforma Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Para encontrar esses trabalhos, foram utilizados os seguintes descritores no campo de busca: “Escolas Multisseriadas em Mato Grosso do Sul”, “políticas para educação do campo” e “matemática e educação do campo”. A busca resultou em 50, 1389 e 817 trabalhos cada um dos descritores, respectivamente. Foi escolhido um trabalho que impulsiona o pensar no trabalho com a Comunidade Campesina.

A educação compõe um dos direitos primordiais da sociedade e é assegurada por legislação, porém para Comunidades historicamente à margem (excluídas) da sociedade, esse direito nem sempre é amplamente concretizado, é o que foi investigado no texto “*AS ESCOLA MULTISSERIADAS COMO POSSIBILIDADE DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO*” de autoria *Maria Claudia Zaratini Maia - 2021*, que é um trabalho de revisão bibliográfica e documental, que tem como objetivo mostrar a Educação do Campo junto suas peculiaridades como uma possibilidade da garantia do acesso à educação e que, as características dessas Escolas no e do Campo (salas multisseriadas) são na verdade um modo de garantir o direito escolar para estudantes.



Maia (2021), destaca que a Educação é direito fundamental para os seres humanos e é garantido na Constituição Federal de 1988. A autora aponta ainda que o Brasil se comprometeu internacionalmente com a educação desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O texto destaca ainda, a Educação no/do Campo como um direito humano fundamental, e que por vezes, essas Comunidades Camponesas não têm acesso a uma distribuição justa de acessibilidade a essas políticas públicas.

A Educação do Campo passa a ter regulamentação específica, com essa denominação, a partir da década de 1990. Maia (2021, p 198), discute que para que a educação seja efetivamente do Campo é importante que esse trajeto entre casa e escola seja o mais breve possível, nesse sentido a autora afirma que:

Um dos requisitos para concretizar o direito à educação da população do campo é que a escola esteja próxima à criança e uma das soluções encontradas para evitar a nucleação e fechamento de escolas do campo, com o transporte das crianças por grandes distâncias, é a organização do ensino em salas multisseriadas, mormente na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental.

A escolha de ensino em salas multisseriadas surge nessa configuração de solução a situação de Campesinos em detrimento aos ensinamentos escolares, para isso a escola é organizada objetivando ser a solução mais viável e prática para o ensino na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. A Educação do Campo sugere também inúmeras práticas educativas que devem ser realizadas com o estudante e não para ele, ou seja é um processo em conjunto com os povos que vivem nas áreas Campesinas. E nesse mesmo movimento vale ressaltar que, segundo (Maia, 2021, p.212),

o grande desafio aos educadores, gestores e movimentos sociais que defendem a educação no campo é para que ela ocorra no próprio local em que as famílias dos estudantes residem e assegurar a qualidade da educação em escolas unidocentes e com salas multisseriadas, para que tenham estrutura adequada e docentes preparados.

Ou seja, para que haja um ensino de qualidade é necessário estruturas e investimentos tanto em materiais pedagógicos como na valorização do professor. A temática Educação no/do Campo se apresenta como uma oportunidade de discussões e reflexões no estado de Mato Grosso do Sul, já que segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD, e a



Coordenação-Geral de Implantação - DDI<sup>3</sup>, Mato Grosso do Sul possui 958.214 famílias Assentadas.

Para além disso, Maia (2021), discute que é preciso assegurar que famílias de Comunidades do Campo tenham segurança efetiva das questões triviais para sobrevivência, como saúde, assistência governamental, educação, entre outros. Por isso, é preciso ainda que seja possível a educação do Campo, no Campo, para e com a Comunidade do Campo, um processo de escolarização que atenda as especificidades das sociedades Camponesas.

Ainda sobre o direito à educação o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei 13.096 de 13 de junho de 1990, o artigo 53 inciso V, afirma que “acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.” (BRASIL 1990). E no parágrafo único descreve que “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (BRASIL, 1990). Outro indicativo que as Comunidades distantes dos grandes centros urbanos têm direito a uma unidade de ensino próxima a suas residências.

Ademais, a partir do descritor “políticas para educação do campo” o trabalho de Santos e Silva (2016), intitulado “*Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo*”, discute as políticas para a Educação no e do Campo caracterizada por lutas unificadas entre escola, sociedade, direitos humanos e outras questões específicas que envolvem o fazer cidadão na Zona Rural. Essas políticas públicas que garantem a Educação do/no Campo como direito humano fundamental, ganham forças de movimentos sociais junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Nesse sentido, Santos e Silva (2016, p.137), afirmam: "O debate acerca da educação do Campo deve, portanto, entender a complexidade da dimensão do Campo brasileiro, constituído por paisagens, lutas, organicidade, histórias, memórias, identidades e modos de vida”.

E por último, refletindo com a tese de Barbosa (2014) intitulada “*Entendimentos a*

---

<sup>3</sup>Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação em Mato Grosso do Sul/MS. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2023.





*respeito da matemática na educação do campo: questões sobre currículo*”, onde esta concorda com D’Ambrosio (2009, p.226) e Knijnik (2006 p.77), com a perspectiva do Programa de Pesquisa Etnomatemática, que busca compreender os processo de vida em diferentes culturas, em seus diversos espaços culturais, neste caso os povos Assentados. Por isso Barbosa (2014, p. 190), destaca que,

D’Ambrosio (2009, p.226) lamenta a matemática ser praticada e apresentada como uma sequência fria e austera de passos formais e propõe uma matemática para fins humanitários. No mesmo sentido, Knijnik (2006), em uma pesquisa realizada junto ao MST, afirma que “não havia lugar ali para uma Matemática asséptica, neutra, desvinculada de como as pessoas usam”.

Compreender o processo de ensino da matemática a partir do cotidiano vivido é nesse sentido, entender a realidade das Comunidades que vivem a escola do Campo. Nesta pesquisa, a autora discorre sobre a importância de partir do cotidiano do aluno que vive no/do Campo, para que o processo de ensino e aprendizagem da matemática seja mais significativo. Barbosa (2014) destaca, a partir de sua pesquisa, que reconhece os diferentes modos que auxiliam na composição dos elementos formativos na Educação do Campo. E reconhece que a História Oral contribuiu para a pesquisa, percebendo os depoentes como fontes orais de Comunidades acampadas/assentadas.

Esses textos orientam, neste primeiro momento, o processo de pensar uma pesquisa qualitativa em Educação Matemática, corroborando problematizar questões que envolvem os movimentos de um povo Campesino em busca do cumprimento de direitos primordiais para a vivência. Além disso, essas leituras motivam atingir e perceber as transformações políticas, educacionais e sociais durante todo o processo de implementação da escola em comunidades Campesinas.

A partir dos levantamentos bibliográficos e após leituras a respeito da temática, tem-se como hipótese de pesquisa a existência de narrativas fortes para compreender como se dá o processo de escolarização do Campo, com características tão originais, nas lutas ali vivenciadas, bem como a possibilidade de mapear os movimentos sociais e educacionais junto a implementação de um Projeto de Assentamento - PA<sup>4</sup>. O projeto atende ao anseio de

---

<sup>4</sup> Projeto de Assentamento segundo o INCRA: “Consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multi[s]setorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na



compreender também de que modo se deu o ensino da matemática durante esses movimentos/tempos.

Essas questões elegem espaços para a elaboração de várias propostas de pesquisa junto à Comunidade da Zona Rural do Assentamento Nova Era, Município de Ponta Porã, interior de Mato Grosso do Sul. Buscando delimitar o tema e acreditamos que muitas dessas questões possam ser discutidas a partir das falas dos sujeitos entrevistados, nesse sentido, este trabalho tem como questão diretriz: *Que/ais História/s é/são possível/is de ser produzida/s com a Comunidade Campesina do Assentamento Nova Era (Ponta Porã – Mato Grosso do Sul-MS), quando focamos na implementação de um Projeto de Assentamento -PA e os movimentos sociais/educacionais do Campo?*

A partir dessa pergunta, propomos então como os objetivos gerais Trabalhar em colaboração com a Comunidade, produzindo uma história dos movimentos sociais/educacionais junto a implementação do Projeto de Assentamento-PA Nova Era, em Ponta Porã – MS. Tendo ainda como objetivos **específicos** Investigar as intersecções/movimentações/intervenções da Comunidade com o processo de escolarização e o direito à Educação, Produzir fontes orais que explicitem as histórias dos sujeitos da Comunidade do Assentamento Nova Era, Ponta Porã e, por fim, Identificar as contribuições das intervenções sociais/educacionais/sindicais para o desenvolvimento educacional dos sujeitos da Comunidade e as contribuições da Comunidade para a formação desses sujeitos.

## ***ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS***

O trabalho com fontes Orais tem sido feito no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo Grupo de Pesquisa História da Educação Matemática Em Pesquisa – HEMEP, durante os últimos doze anos. A exequibilidade da pesquisa se coloca devido ao fato de ser antecessor a este projeto, uma Iniciação Científica na qual foi possível o contato com as discussões realizadas no interior desse grupo bem como a produção de narrativas a partir de entrevistas. Pois bem,

---

perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares”. Fonte: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9608>>. Acesso em 20 de agosto de 2023.



**XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**  
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES  
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.

experienciar o trabalhar com HO tornou perceptível a potência de pensar a construção do conhecimento a partir de trocas dialógicas entre a Comunidade Científica (da academia) e os sujeitos das mais diversas Comunidades.

Os movimentos realizados durante a Iniciação Científica constituem o modo como fontes orais têm sido produzidas a partir da HO, a saber: a escolha dos/as depoentes; escolha do local das entrevistas; escolha da data e hora; preparação do roteiro de entrevistas; realização das entrevistas; transcrição das entrevistas; textualização das entrevistas; devolução aos depoentes (para autorização de uso); coletar assinaturas; análise das narrativas produzidas em momentos de entrevistas; escrita de um texto, a partir das reflexões trazidas nas falas das depoentes<sup>5</sup>.

Ter participado do grupo de pesquisa HEMEP, possibilitou a promoção de discussões coletivas, o que é essencial para gerar conhecimento científico, para tanto, Garnica e Silva (2019, p. 3) apontam que: “somos decorrência dos que nos antecederam e, juntos, quando muito, pavimentamos alguns caminhos para os que nos sucederão.” Por isso, é relevante que seja evidenciado neste texto o modo como está sendo compreendido o processo de produção de pesquisa, qual seja, como um movimento coletivo de trocas, proporcionando a construção epistêmica dos sujeitos da pesquisa e das Comunidades.

Por isso, a História Oral é um aporte teórico e metodológico conveniente para desenvolver a pesquisa de mestrado aqui proposta. Alberti (2004) apresenta a História Oral como uma metodologia utilizada para escrever os testemunhos vividos pelos entrevistados(as), de modo que a pessoa que se propõe a entrevistar vivencia a experiência do outro pelo que é narrado. Ainda segundo Alberti (2004, p. 15 e 19 respectivamente), a História Oral,

trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas [...] à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram e ou testemunharam. [...] Ora, podemos dizer que a postura envolvida com a História Oral é hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, [...]

A pesquisa de mestrado objetiva produzir narrativas em momento de entrevistas, para que seja possível entender/analisar os processos sociais e educacionais de uma Comunidade do Campo com sujeitos dessa Comunidade. Para tanto, a História Oral é, segundo Meihy e

---

<sup>5</sup> “das depoentes” se refere a duas professoras de matemática, recém formadas, entrevistas na Iniciação Científica.





Holanda (2020, p. 18) “[...] uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destina a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato.” O pesquisador tendo a entrevista no centro de suas práticas de produção de dados, deve compreender que o ato de gravar entrevistas não é suficiente para justificar o uso da metodologia.

Por isso, Meihy e Holanda (2020), enfatizam que o trabalho com a História Oral é um processo que começa desde o momento da elaboração de um projeto onde é pensado a temática que queremos pesquisar, o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas, o planejamento da como a condução das entrevistas se darão, ou seja, trabalhar com História Oral implica pensar como serão essas gravações, e a definição do local mais confortável para os entrevistados(as). Depois da entrevista seguimos com a transcrição do narrado para o escrito, procedendo com a textualização (estabelecimento de textos). Nesses momentos de conferências verificamos também se as escritas finais estão corretas e se constituem como algo que as entrevistadas estão de acordo ou com aquilo que elas gostariam que efetivamente tivéssemos entendido.

Existe ainda um compromisso ético de devolver o texto produzido para o entrevistado para que este aprove o material não como algo que ele disse, mas como algo que ele efetivamente gostaria de dizer. Ou seja, o texto produzido com a entrevista deve ser validado pelo entrevistado. Neste rumo, Meihy e Holanda (2020), apontam ainda que a História Oral pode ainda ser definida como, “Uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com uso de entrevistas gravadas.” Ou seja, por isso, o pesquisador que se propõe a trabalhar com História Oral, precisa reconhecer a potência da oralidade enquanto documento para uma pesquisa qualitativa.

Podendo ser utilizada em várias áreas de pesquisa, a História Oral ganha contornos quando utilizada como uma metodologia qualitativa do campo da Educação Matemática. Concomitante com a não possibilidade de pesquisar sem envolvimento de relacionamentos entre os sujeitos da academia e das Comunidades. Nesse sentido, Garnica e Silva (2019, p.1), apresentam a História Oral na Educação Matemática como,

[...] uma abordagem qualitativa de investigação segundo a qual, em síntese, as fontes mobilizadas para a pesquisa permitem o surgimento de categorias a posteriori que são, então, exploradas pelos diferentes referenciais teóricos que se pode ter à



mão.

Assim sendo, os primeiros movimentos da metodologia de História Oral são elencados de forma livre, tem-se a temática, produz-se os dados, e somente depois se elabora um foco teórico de análise. Portanto, tem-se entendido que, as decisões de uma pesquisa com fontes orais utilizando da História Oral na Educação Matemática, tem como aporte teórico e metodológico são tomadas no processo de desenvolvimento da pesquisa, ou seja, nada é decidido a priori.

A História Oral como ferramenta de pesquisa na Educação Matemática, possibilita que os depoentes sejam sujeitos mais próximos do contexto estudado e estes têm um papel fundamental, por isso, a História oral é um método que possibilita que as pesquisas, tenham registros significativos para além daqueles considerados oficiais. Podemos pensar de acordo com (GARNICA e SILVA 2019. p.4 e 5 respectivamente), que refletem

[...] a definição de História Oral como um instrumento de luta política que se posiciona de maneira contrária a um pensamento dominante, único, legítimo, a uma visão de mundo autorizada, a um modo oficial de se pensar. [...] O trabalho com fontes orais assume e ressalta a multiplicidade dos pontos de vista, posto que não há “fato histórico” em si, mas somente o que dele pode ser (e é) dito

O uso da História Oral na Educação Matemática tem, portanto, o Registro Oral como fonte da pesquisa, não é a única, para que possamos compreender como as coisas ocorrem e onde elas acontecem. Nesse sentido, Garnica e Silva (2019), ressaltam que, “o passado é sempre criado no presente e, por isso, não há uma história pronta a se resgatar.” (GARNICA e SILVA, 2019. p,6).

E é no momento da entrevista que os entrevistados/as irão criar o passado, contando a História de acordo com aquilo que eles/as viveram, é partir do conteúdo das entrevistas são elaboradas narrativas. As narrativas produzidas nesta pesquisa são ferramentas essenciais na bagagem do pesquisador em História Oral, entendendo os entrevistados/as como fontes orais que conectam memória, narrativa, subjetividade e diálogo.

## ***REFLEXÕES FINAIS***

Para responder à questão diretriz deste projeto, intento produzir narrativas em momentos de entrevistas, e através de análises, compreender os relatos e posicionamentos dos membros/sujeitos da Comunidade. Utilizar das Fontes Orais para entender como era o ensino



escolar nessa Comunidade no período de Acampamento na beira de estradas em barracos de lona e no Assentamento. Além disso, pretendo dialogar com movimentos sociais, políticas de direito para pessoas do Campo, movimentos sindicais e educação Rural/no/do Campo.

Este projeto visa construir um registro dos movimentos de lutas na busca pelo direito à educação e um lugar para viver. E ainda, produzir junto à Comunidade do Assentamento Nova Era uma História escrita a partir das narrativas de história de vidas, desses sujeitos que estão à margem da sociedade. Pretendemos, nesse sentido, identificar quais as contribuições das lutas pelo direito à educação para a formação/implementação da Comunidade e, as contribuições da Comunidade para a formação dos sujeitos em idade escolar.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, A. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARBOSA, L.N.S.C. **Entendimentos a respeito da matemática na educação do campo: questões sobre currículo**. 234 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/127621>>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

Capelle, M.A.; BORGES, C.L.P.; Miranda, A.R.A. Um Exemplo do Uso da História Oral como Técnica Complementar de Pesquisa em Administração. In: **EnEO** 2010, Florianópolis.

GARNICA, A.V.M.; SILVA, C.R.M. A História Oral como abordagem metodológica qualitativa em Educação Matemática: Considerações a partir das práticas de um grupo de pesquisa. In: Maria Aparecida Viggiani Bicudo / António Pedro Costa. (Org.). **Leituras em pesquisa qualitativa**. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2019, v. 1, p. 145-160.

Leituras em pesquisa qualitativa. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2019, v. 1, p. 145-160.  
**História Oral: como fazer com pensar**. B. Meihy, José Carlos Sebe; Holanda, Fabíola: 2 edição, 8º reimpressão, Editora contexto, São Paulo, Brasil, 2020.

MAIA, Maria Claudia Zaratini. As escolas multisseriadas como possibilidade de concretização do direito à educação. **PERIFERIA (DUQUE DE CAXIAS)**. v. 13, p. 196-216, 2021.

JCR

PIRES, M. A. P. **Diagnóstico sócio-econômico de Assentamentos rurais na região de Ponta**



**XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**  
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES  
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.

**Porá e as perspectivas de desenvolvimento local.** 2002. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

SANTOS, R. B. dos; SILVA, M. A. da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 135–144, 2016. DOI: 10.14244/198271991549.



**XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**  
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES  
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.